



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INFORMAÇÃO Nº 70/2022/UFPR/R/SA/DEPECON

PROGRAMA DA DISCIPLINA DIREITO ECONÔMICO

Ficha 1 (permanente)

Disciplina: Direito Econômico						Código:SE645	
Natureza: () Obrigatória (X) Optativa		(X) Semestral () Anual () Modular					
Pré-requisito: Não há.		Co-requisito: -		Modalidade:(X) Presencial () Totalmente EaD()..... % EaD*			
CH Total: 60	Padrão (PD): 60	Laboratório (LB): 0	Campo (CP): 0	Estágio (ES): 0	Orientada (OR): 0	Prática Específica (PE): 0	Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0
EMENTA (Unidade Didática) A relação entre Direito e Economia. O conceito de Direito. Noções de Teoria Geral do Direito. A relação entre direito e economia nas diversas perspectivas teóricas. Preceitos constitucionais no Brasil. Noções básicas de direito constitucional e a Constituição de 1988. O processo legislativo. A ordem econômica Constitucional. Noções de direito privado. Direito de Propriedade. Teoria Geral dos Contratos. A intervenção estatal na atividade econômica. As formas de intervenção estatal na atividade econômica. A prática de atividade econômica em sentido estrito: as empresas estatais. A função regulatória da atividade econômica. As concessões de serviços públicos.							
Chefe de Departamento ou Unidade equivalente: José Guilherme Silva Vieira Assinatura: _____							

*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

Padrão (PD): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

Laboratório (LB): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

Campo (CP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

Estágio (ES): conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

Orientada (OR): conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

Práticas Específicas (PE): conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

Estágio de Formação Pedagógica (EFP): conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de “práticas de docência” e “práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar”, envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e conseqüentemente a limitação de alunos por turma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 11ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

KLEIN, Vinicius. A Economia dos Contratos: uma análise microeconômica. Curitiba: CRV, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GOMES, Orlando. Contratos. 17ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996.

KLEIN, Vinicius. Os Contratos Empresariais de Longo Prazo – uma análise a partir da argumentação judicial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; DOMINGUIES, Victor H.; KLEIN, Vinicius. (Orgs.). Análise Econômica do Direito: justiça e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2016.

Confere com o original.

Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GUILHERME SILVA VIEIRA, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - SA**, em 01/04/2022, às 21:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4387325** e o código CRC **9198436D**.
